

HUMANISMO, VIRTÙ E A VIDA PÚBLICA NO DECORRER DO MOVIMENTO RENASCENTISTA: Entre a *Vita Activa* e a *Vita Contemplativa*

HUMANISM, VIRTÙ, AND PUBLIC LIFE THROUGHOUT THE RENAISSANCE MOVEMENT: Between *Vita Activa* and *Vita Contemplativa*

Jordana Eccel Schio¹

Resumo: Este artigo propõe uma breve revisão historiográfica sobre o humanismo nos séculos XIV e XV na Península Itálica e sobre como o termo foi mobilizado pela historiografia. Analisamos a atuação dos humanistas, especialmente na corte papal, como homens de saber que valorizavam a *vita activa* em detrimento da contemplação. Examinamos ainda o papel da *virtù* na formação do indivíduo, considerando seu contexto histórico, mas sobretudo as interpretações e debates produzidos nos séculos XX e XXI.

Palavras-chave: Humanismo, *Vita Activa*, *Virtù*.

Abstract: This paper proposes a brief historiographical review of humanism in the Italian Peninsula during the 14th and 15th centuries, addressing how the term has been mobilized in historiography. We analyze the agency of humanists, especially within the papal court, as men of letters who prioritized the *vita activa* at the expense of contemplation. We also explored the concept of *virtù* in the formation of the individual, considering its historical context, but above all the interpretations and debates produced in the 20th and 21st century.

Keywords: Humanism, *Vita Activa*, *Virtù*.

Introdução

Neste artigo, analisamos a consolidação do humanismo entre os séculos XIV e XV e, de forma breve, como o termo foi mobilizado pela historiografia dos séculos XX e XXI. Tais homens de saber voltavam sua atenção à ação cívica e à educação pelos *studia humanitatis*, visto que, a cada geração, alguns passaram a se reconhecer aptos a mobilizar sua liberdade para se tornarem arquitetos e exploradores do próprio destino (Skinner, 1996, p. 119). Os sujeitos se preocuparam em cultivar as melhores habilidades, em busca do mais elevado grau de fama e glória para seu nome.

Examinamos o papel dos humanistas, especialmente nas cortes papais, e como alguns contribuíram para a consolidação do humanismo durante o movimento renascentista. Revisitamos o debate historiográfico sobre a tensão entre *vita activa* e *vita contemplativa*,

¹ Doutoranda em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em História pela mesma instituição. E-mail: jordanaschio06@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7892-9499>. Bolsista CAPES.

analisando as contribuições de historiadores para a compreensão dessa problemática. Este estudo tem como foco a análise historiográfica do humanismo na Península Itálica, mobilizando pesquisas dos últimos séculos para compreender a formação e o desenvolvimento do ideal de *virtù*, considerando seu contexto histórico nos séculos XIV e XV, mas, principalmente, as interpretações e debates produzidos pela historiografia dos séculos XX e XXI.

As bases do humanismo durante o movimento renascentista

O historiador da arte Ernst Gombrich (1974, p. 25-26) escreveu que as pessoas que ficaram conhecidas como *Umanista/umaniste* ou, como costumamos nos referir, “humanistas”, eram homens que enfatizavam a importância da linguagem. A maioria atuava como diplomata, chanceler, secretário papal ou de governos laicos, esses indivíduos eram habilidosos na escrita de cartas e elaboração de discursos. Em sua maioria não eram teólogos, mas leigos. O historiador frisou que o termo humanismo, diferente de *umanista*, é uma invenção do século XIX cunhada por aqueles que estudavam o renascimento¹. O historiador britânico Quentin Skinner (1999, p. 43) referiu-se ao romano Quintiliano (35-100) e à obra *Institutio oratoria*, que exaltava o orador, sobretudo quando este dominava três *scientiae*, além da própria retórica, a poesia, a história e a filosofia moral.

O historiador da arte alemão Erwin Panofsky (1991, p. 20) escreveu que o conceito de *humanitas* foi formulado por sujeitos próximos de Cipião, o Moço, mas o orador, filósofo, político romano Cícero (106a.e.c.-43a.e.c.) foi o defensor explícito do termo durante o período da República Romana. Sendo que não era uma qualidade que diferenciava os homens dos animais, mas *Homo humanus* dos bárbaros ou do indivíduo vulgar. Entendemos que uma das vanguardas do movimento renascentista foram os humanistas. A respeito desse grupo, o filósofo brasileiro Newton Bignotto explicou que:

Genericamente, o termo humanismo diz respeito a todas as figuras centradas no homem, ou que têm por base uma consideração privilegiada da posição humana no mundo. Em outras palavras, trata-se de uma tomada de posição em favor do homem e, não necessariamente, uma reflexão sobre ele, o que constituiu o núcleo de uma antropologia filosófica. No contexto que é o nosso, importa recordar que o termo encontra sua origem na palavra latina *humanitas* e servia para indicar a aquisição de uma educação liberal através dos *studia humanitatis*: língua, literatura, história, filosofia moral. Esse sentido era corrente desde o século XV na Itália. Já a designação *umanista* servia, no jargão acadêmico italiano, para indicar um professor,

ou mesmo um estudante de literatura ou de matérias consideradas afins pela época, como a retórica. Assim, de maneira ampla, podemos dizer que o humanismo descreve a relação que estudiosos dos mais variados matizes entretiveram com o passado greco-romano e com a interpretação e atualização do conteúdo dos textos dos grandes autores do mundo antigo (Bignotto, 2021, p. 16-17).

O filósofo e historiador italiano Eugenio Garin (1994, p. 91) também ponderou a respeito dos humanistas e dos desafios enfrentados por esses sujeitos, pois “qualquer progresso é uma dura conquista”. Garin (1994, p. 91) descreveu o desaparecimento da crença em uma ordem divina e justa, substituída por uma visão política desprovida de ilusões, em que as forças se enfrentam de modo implacável. Enquanto Deus, quando ainda concebido, surge como uma entidade distante e incompreensível, cujos desígnios parecem contrariar tanto a justiça humana quanto as preces dos fiéis.

No decorrer da Idade Média o conceito de *humanitas* versava sobre a ideia de humanidade oposto à divindade.

Assim, a concepção renascentista de *humanitas* tinha um aspecto duplo desde o princípio. O novo interesse no ser humano baseava-se tanto numa renovação da antítese clássica entre *humanitas* e *barbaritas* ou *feritas*, quanto na aparição da antítese medieval entre *humanitas* e *divinitas*. [...] É dessa concepção ambivalente de *humanitas* que o humanismo nasceu. Não é tanto um movimento como uma atitude, que pode ser definida como a convicção da dignidade do homem, baseada, ao mesmo tempo, na insistência sobre os valores humanos (racionalidade e liberdade) e na aceitação das limitações humanas (falibilidade e fragilidade); daí resultam dois postulados: responsabilidade e tolerância (Panofsky, 1991, p. 20-21).

O historiador estadunidense Eugene F. Rice Jr (1958, p. 30) analisou que os humanistas, a partir do final do século XIV, recuperaram a *prisca sapientia* a fim de debater os méritos relativos a *vita activa* e a *vita contemplativa*. Durante a Idade Média os homens tendiam a assumir que a sabedoria era uma virtude contemplativa. Porém, para os humanistas, a sabedoria se tornou mundana, ou seja, cívica, e, além disso, não era solitária. Ademais, para ser plena e virtuosa, deveria ser demonstrada em público ou diante de seus pares. Essas práticas constituíram a matriz do humanismo, pois os homens instrumentalizaram o estudo dos clássicos para intervir nas esferas política, cultural e administrativa das cidades e repúblicas da Península Itálica.

Observamos que os humanistas tentavam se estabelecer em um mundo incerto e repleto de desafios que não tinham correspondências nos séculos anteriores. Além disso, os novos problemas foram enfrentados pelos indivíduos com a mínima intervenção de Deus. O

historiador britânico Quentin Skinner (1996, p. 94) se referiu a esse grupo como os homens que se interessaram em agir em prol do ideal de liberdade republicana, voltando a atenção para as ameaças e o que deveria ser feito para garantir a soberania. Para tanto, eles se apropriaram de ferramentas, como a preparação calcada no *studia humanitatis*, que, em linhas gerais, era uma formação voltada para o estudo da gramática, retórica, história e filosofia. Ao retomar o pensamento ciceroniano, o historiador formulou a seguinte reflexão:

O conceito dos *studia humanitatis* deriva de fontes romanas, especialmente de Cícero, cujos ideais pedagógicos tinham sido revividos pelos humanistas italianos do século XIV e vieram a exercer uma grande influência nas universidades e na condução da vida pública italiana. Os humanistas se distinguiam, acima de tudo, por abraçar uma teoria muito específica sobre qual seria o conteúdo adequado de uma educação “verdadeira humana”. Esperavam que seus alunos começassem pelo domínio do latim, passassem para a prática da retórica e a imitação dos melhores estilistas clássicos, e completassem seus estudos como uma leitura profunda da história e da filosofia moral dos antigos. Também popularizaram a crença de que esse tipo de formação oferecia o melhor preparo para a vida política. Como Cícero repetia constantemente, tais disciplinas alimentavam os valores que mais precisamos adquirir para bem servir ao nosso país: a disposição de subordinar os interesses privados ao bem público; o desejo de combater a corrupção e a tirania; a ambição de buscar os mais nobres fins entre todos: a honra e a glória não só pessoais, mas de todo país (Skinner, 2012, p. 11-13).

O historiador Garin (1996, p. 10) escreveu que a cultura humanística desabrochou nas cidades itálicas entre o século XIV e o século XV, ao passo que se manifestou no campo das disciplinas “morais”, atuando na formação dos dirigentes e oferecendo técnicas políticas mais refinadas. Consideramos que o humanismo se organizou para dar respostas aos problemas percebidos naquele momento, visto que não havia um poder hegemônico na Península Itálica naqueles séculos, ao mesmo tempo em que as ameaças eram constantes tanto por parte do imperador, ao norte, bem como pelos pontífices, instalados na região central da península.

Interpretamos que as práticas e os ideais humanistas não se difundiram de modo uniforme pela Península Itálica e posteriormente pela Europa. Ao contrário, se consolidaram gradualmente, geração após geração. Nesse sentido, alinhamos nossa análise à perspectiva do historiador Gombrich (1974, p. 35), que defendeu que o renascimento deve ser compreendido como um movimento. Algo que é proclamado, visto que atraiu seguidores, formou grupos aliados e facções, assim como houve os *outsiders* e aqueles que tinham outras preocupações. O que tornou o movimento renascentista algo bem-sucedido foi a economia, a posição social dos leigos, o novo papel das cidades. O seu começo tem algumas

características bem delimitadas, como a formação calcada no *studia humanitatis*, o domínio da *ars rhetorica* e o aperfeiçoamento da *virtù*.

O historiador britânico Peter Burke (1993, p. 83) frisou que é quase impossível determinar quando terminou esse movimento. Segundo o autor, alguns estudiosos buscam por datas, como 1520, 1600, 1620 e outros vão além do século XVII, contudo é difícil determinar quando o movimento chegou ao fim. Em função das regiões envolvidas e os seus diversos atores, por isso “fim” não é o melhor termo, mas “desintegração”. Reconhecemos que não há limites geográficos e cronológicos bem delimitados para o renascimento itálico e a sua irradiação pela Europa, mas para a nossa análise tomamos o recorte do século XIV e o século XV.

Os humanistas e a circulação nas cortes papais

Entre as figuras que se destacaram nas primeiras gerações de humanistas está o poeta, diplomata e cronista aretino Francesco Petrarca (1304-1374), reconhecido como um dos precursores do movimento, em parte devido aos quinze anos que viveu em Avignon, no território francês. Durante esse período, prestou serviços à curia, o que lhe permitiu conhecer obras que não circulavam na península e interagir com intelectuais daquela região francesa, enriquecendo sua formação e a sua capacidade de observação das adversidades. O humanismo, na sua origem, deve muito ao deslocamento da corte papal do centro da península, visto que parte desse grupo se instalou em Avignon em 1308 e permaneceu na região por quase setenta anos (Skinner, 1996, p. 218). Isso garantiu que houvesse uma movimentação dos homens de saber entre a península e a porção sul da França.

Petrarca “desenvolveu uma abordagem inovadora ao passado que era simultaneamente pessoal e histórica” (Quillen, 2005, p. 41). Para Panofsky (1981, p. 29), Petrarca elaborou uma nova interpretação para a história, porque os pensadores cristãos das gerações anteriores percebiam o tempo como uma evolução continua desde a criação do mundo. Inclusive, por ser um admirador do trabalho do pontífice, Petrarca cumpriu diversas missões em favor do papa Clemente VI (1342-1352) (Quillen, 2005, p. 41). Assim, em 1343 o humanista teria viajado até Nápoles a pedido de Clemente VI, o quarto pontífice eleito no período em que a curia se instalou em Avignon. Naquela ocasião, o humanista almejava que o tribunal papal fosse restaurado em Roma.

O historiador medievalista judeu-austríaco Walter Ullmann (2003, p. 207) destacou que o papado atuou como anfitrião para muitos homens de saber e pensadores. Dessa forma, o humanista Poggio Bracciolini (1380-1459) e o cronista e filólogo romano Lorenzo Valla (1407-1457) gozavam de prestígio em Roma, ainda que Valla (de forma independente do cardeal e humanista germânico Nicolau de Cusa (1401-1464) tenha determinado de forma incontestável que o documento da Doação de Constantino era uma grande fraude.

Outro aspecto que merece destaque nesse trânsito entre itálicos e franceses, foi o avanço na cultura retórica na Península Itálica, pois se baseou na imitação das antigas tradições de instrução das escolas catedrais francesas (Skinner, 1996, p. 219). O currículo escolástico da Universidade de Paris atraiu muitos alunos do território vizinho. Assim, a partir do século XIII, a teoria moral e política aristotélica paulatinamente passou a ser difundida nas universidades itálicas (Skinner, 1996, p. 73). Segundo Panofsky (1991, p. 22) A Idade Média desenvolveu e restaurou a herança do passado, copiando obras de arte clássica, usando Aristóteles e Ovídio, sem deixar em segundo plano obras dos contemporâneos.

Em torno disso o movimento humanista se organizou na Península Itálica principalmente no decorrer do século XIV, quando a corte papal retornou para Roma. Segundo o historiador irlandês Eamon Duffy (1998, p. 134), Nicolau V (1447-1455) foi o primeiro papa humanista, pois, além de buscar apaziguar os conflitos entre as famílias romanas, se aproximou dos reis e de outros príncipes. As transformações promovidas durante seu pontificado não se limitaram à esfera política, isso porque houve também mudanças físicas, com reformas e construções na área urbana, e renovação no campo intelectual.

Esses interesses e iniciativas se anunciam antes mesmo de sua eleição, quando Nicolau V ainda era o cardeal Tommaso Parentucelli (1397-1455), nomeado em 1422. Ele demonstrava grande interesse pelas traduções de textos gregos para o latim, prática comum entre os humanistas no início do século XV, mas que atingiu novos patamares durante seu pontificado, entre as décadas de 1440 e 1450 (Haan, 2023, p. 191-192). Outrossim:

Enviaram-se emissários a toda a Europa em busca de manuscritos raros, e o pontífice se encarregou pessoalmente de encomendar boas traduções latinas do grego pagão e dos clássicos cristãos. [...] Um dos frutos da união entre as igrejas do Oriente e do Ocidente alcançada no Concílio de Florença foi a chegada ao Ocidente de João Bessarion, antigo arcebispo de Nicéia, que Eugênio fizera cardeal. O “Cardeal de Nicéia” tornou-se um imã para os sábios gregos que buscavam patronagem no Ocidente, e seus protegidos tiveram um papel decisivo no projeto de Nicolau. Com o tempo, este

chegou a criar uma biblioteca com mais de mil preciosos volumes em grego e latim, o núcleo da futura Biblioteca do Vaticano (Duffy, 1998, p. 137).

A cada geração, o humanismo ganhava espaço nas cortes papais, e outros homens de saber, bem como futuros pontífices, surgiam como protagonistas. O humanista florentino Giannozzo Manetti (1396-1459) traduziu algumas obras para Nicolau V (Haan, 2023, p. 191). O cardeal Eneas Sílvio Piccolomini (1405-1464) se tornou papa Pio II em setembro de 1458 até a sua morte, em 14 de agosto de 1464. Além das prerrogativas do cargo, foi poeta, orador e humanista, mas acima de tudo era fascinado pelos textos da Antiguidade e pelo uso correto do latim (Chambers, 2006, p. 53). O pontífice ainda escreveu a obra *De viris illustribus*, que incluiu o relato biográfico de vários cardeais e membros de sua família, além da autobiografia *Commentaries*, revelando o fascínio de Piccolomini pela guerra, embora tentasse, ao mesmo tempo, negá-lo (Chambers, 2006, p. 55). Tudo isso sem deixar de acolher humanistas e diversos homens de letras em sua corte.

Todavia, isso não era unânime entre os Vicários de Cristo, por exemplo, Calisto III (1455-1458) paralisou todos os projetos arquitetônicos do predecessor posto que a sua principal preocupação era reconquistar Constantinopla. O pontífice também interrompeu a ampliação do acervo da biblioteca papal falando aos homens, “vede como se dissipou o tesouro da Igreja” (Duffy, 1998, p. 142). Em 1475, durante o pontificado de Sisto IV (1471-1484), tio de Giuliano Della Rovere (1443-1513), futuro papa Júlio II (1503-1513), foi criada a biblioteca. Na bula de fundação, o papa Della Rovere buscou atribuir para si o crédito dessa iniciativa (Duffy, 1998, p. 144). Na ocasião, o humanista Bartolomeu Platina² (1421-1481) foi nomeado o responsável pela organização e aquisição de novas obras.

Numerosos manuscritos clássicos, patrísticos, gregos e latinos foram reunidos em Roma. Durante o pontificado de Nicolau V, bem mais de mil manuscritos foram adicionados à Biblioteca Vaticana, e ainda mais durante o reinado de Sisto IV, tornando-a o maior e mais bem organizado centro de material manuscrito disponível. Graças a Nicolau V, muitos manuscritos de Santo Agostinho, Boaventura e Tomás de Aquino ainda existem³ (Ullmann, 2003, p. 207, tradução nossa).

Foi também no decorrer do governo sistino que a universidade romana passou a abrigar diversos homens das letras, como, o humanista e cronista grego Ioannes Argyropulos (1414-1487), o humanista Francesco File Ifo (1398-1481), o humanista Domizio Calderini (1446-1478), o tradutor e humanista florentino Bartolomeo della Fonte (1446-1513) e o poeta e humanista Paolo Marsi (1440-1484) (Kai-Kee, 1983, p. 32). Frisamos que esses

homens mantinham estreitas relações com cardeais, membros da aristocracia romana e mecenás. Notamos que, em meados do século XV, Roma exercia forte atração sobre homens de letras, e, nas décadas seguintes, o número de humanistas que se dirigiram à cidade aumentou gradualmente.

Ao longo daquelas décadas, Roma foi palco da atuação de notáveis humanistas, que participaram intensamente da vida cultural e administrativa da corte papal. Citamos, por exemplo, o cronista, antiquário, filólogo, latinista e precursor da arqueologia Flavio Biondo (1388-1463), nomeado secretário da chancelaria durante o pontificado de Eugênio IV (1431-1447), que, após a morte do patrono, permaneceu na cidade a pedido de seus sucessores, Nicolau V, Calisto III e Pio II. A respeito dessa preocupação com os livros e as letras, salientamos que:

A transformação da Roma renascentista em um centro cultural fez parte de uma campanha consciente de restauração. O entusiasmo de Nicolau V pelas letras é bem conhecido. “Todos os estudiosos do mundo vieram a Roma na época do Papa Nicolau, em parte por conta própria e em parte a seu pedido.” Nem todos os papas eram apoiadores entusiastas das letras. Considerando suas próprias realizações literárias, a atitude de Pio II em relação aos literatos foi decepcionante, e a desconfiança de Paulo II provocou a “revolta” da Academia Romana. As artes e as letras receberam mais apoio de Sisto IV, embora seu histórico seja algo ambíguo. Sisto parece ter tido pouco apreço pelas letras, mas era sensível ao efeito que a presença de estudiosos e artistas famosos tinha sobre a imagem pública da corte⁴ (Kai-Kee, 1983, p. 4, tradução nossa).

No início do século XVI, o papa Júlio II destinou uma parcela do tesouro da Igreja para reformas urbanas e projetos artísticos. Em vista disso, os melhores homens daquela geração faziam parte de sua corte, como o escultor e pintor Michelangelo Buonarroti (1475-1564) e o pintor Rafael Sanzio (1483-1520). Ambos trabalharam em programas iconográficos de vulto, mas para este texto destacamos o afresco *Escola de Atenas*, que integra a *Stanza della Segnatura*, por ser, atualmente, um dos trabalhos mais conhecidos de Rafael.

Entre os coevos a pintura era admirada não apenas por sua beleza, mas por ser uma afirmação de Roma como fonte de todo o conhecimento naquele século (Kai-Kee, 1983, p. 9). Júlio II acolheu muitos sujeitos em sua corte, como o humanista, orador e secretário do V Concílio de Latrão (1512-1517) Tommaso Inghirami (1470-1516) também conhecido como Fedra, o bispo, mestre de cerimônias e orador Paris de Grassis (1450-1528), o cronista e secretário doméstico Sigismondo dei Conti (1432-1512) e o orador, frade agostiniano e cronista Egídio de Viterbo (1472-1532). Além de escreverem alguns livros, discursos papais,

esses homens também trabalharam na elaboração temática dos programas iconográficos encomendados pelo papa (Dotson, 1979, p. 223. Rijser, 2005, p. 347. Rowland, 1997, p. 138-141. Taylor, 2009, p. 103).

Ainda sobre o afresco feito por Rafael, identificamos diversos homens que viveram em diferentes épocas lendo, escrevendo, meditando ou discutindo com seus pares, os movimentos e poses são diversos e contrastam com uma arquitetura robusta e imponente. O arranjo exaltou o conhecimento que circulava entre os indivíduos durante o movimento renascentista e denunciou o alto nível cultural da corte de Júlio II (Kai-Kee, 1983, p. 12).

Os humanistas também atuaram em cortes laicas e na administração das repúblicas. Por exemplo, o humanista Petrarca foi sucedido na chancelaria de Florença pelo humanista e cronista Coluccio Salutati (1331-1406) (Garin, 1996, p. 25). Outros nomes, como o humanista Poggio Bracciolini (1380-1450) e o humanista, tradutor e cronista Leonardo Bruni (1374-1444), exerceram o cargo de secretário papal e também atuaram como chanceler. Para mais, todos estavam engajados na escrita de livros e na tradução de documentos. Observamos que sob o mecenato dos papas, que investiam em bibliotecas, traduções e encomendas artísticas, esses humanistas não apenas aperfeiçoavam suas habilidades, mas se tornavam protagonistas de uma corte em que o saber se convertia em instrumento de prestígio e poder.

Da vita activa à virtù: perspectivas historiográficas

No campo da historiografia, o historiador germano-estadunidense Hans Baron e o historiador Eugenio Garin se destacam como os principais nomes do século XX na discussão sobre os ideais de *vita activa* e *vita contemplativa*. O historiador italiano argumentou que:

[...] no chamamento, tão rico, à virtude humana, à virtude que vence o destino, que muda os dados do destino e constrói o seu mundo, que dá às coisas um novo rosto, com essa *arte* humana que conjuga ciência e poesia. É este o humanismo civil florentino do século XV, de Leon Battista Alberti e de Pico, com a sua transposição do humanismo filológico e retórico ao plano de uma metafísica do homem criador. Que é, creio, a mensagem mais profunda de todo o Renascimento (Garin, 1994, p. 85).

Para Garin a valorização da criatividade e da criação era fundamentada no exercício da virtude, porque aqueles homens estavam impelidos a aperfeiçoar todas as capacidades humanas a fim de moldar o próprio destino e transformar o mundo. No decorrer da sua jornada, Baron desenvolveu seu argumento calcado nos eventos políticos vividos pelos

homens a partir de 1400 que estavam engajados na sobrevivência da liberdade cívica. Logo, o exercício de uma *vita activa* estava relacionado à necessidade dar respostas para a crise florentina a partir da defesa da república e resistência à tirania. A tese de Baron foi pioneira na abordagem, uma vez que o historiador defendeu que houve uma ruptura no campo político entre o final da Idade Média e o surgimento do humanismo, fruto de uma crise política que ocorreu em Florença, a partir de 1402. Em vista disso, Baron cunhou o conceito de humanismo cívico (Bignotto, 2021, p. 16), porque naquele momento a liberdade republicana da cidade estava ameaçada. Logo, novas ideias políticas foram formuladas com uma proposta de compromisso ativo diante dos problemas enfrentados por aqueles homens.

O trabalho de Baron mobilizou diversas discussões, uma delas diz respeito a descontinuidade de ideias dos séculos anteriores. Contudo, os documentos mostram que as concepções políticas mobilizadas no decorrer do movimento renascentista já eram debatidas pelos sujeitos no decorrer do medievo, pois os ideais aristotélicos circulavam entre os homens de saber. Compreendemos que a discussão tinha um engajamento menor durante a Idade Média, pois uma das principais vertentes de pensamento se baseava nas obras de Agostinho. Visto que, os debates políticos se agudizaram a partir de 1300. O historiador Skinner (1996, p. 7) retomou a tese de Baron de que, até os primórdios do *Quattrocento*, o pensamento político não apresentava preferência teórica pela República nem clara valorização da “doutrina cívica” de Cícero. Contudo, argumentou que muitos elementos dessa consciência já circulavam antes, sobretudo por meio da teoria política escolástica.

Bignotto (2021, p. 72) salientou que a construção de uma nova maneira de ver os problemas políticos, a partir do uso da herança grego-romana, é um dos traços mais originais do renascimento e serviu para fundar as bases do pensamento político moderno. Os humanistas foram contratados por reis, príncipes e aristocratas para encontrar e traduzir os textos, criando algumas bibliotecas particulares, isso permitiu que obras fossem revisitadas e ideais de *vita activa* e de *vita contemplativa* fossem discutidos. Bignotto (2021, p. 72) apontou que Salutati seguiu os passos de Petrarca, pois se empenhou em resgatar manuscritos escondidos pelo território europeu. Em vista disso, “ele contribuiu, por exemplo, para o retorno dos estudos de língua grega em sua cidade, patrocinando a vinda de um professor de Bizâncio, Chrysoloras” (Bignotto, 2021, p. 73).

Isso foi um reflexo do estreitamento de relações entre os homens de saber de bizâncio e os indivíduos do território itálico (Haan, 2023, p. 193). Essa ação permitiu que muitos sujeitos entrassem em contato com as obras escritas na Antiguidade. Assim, a cada geração

mais humanistas se dedicavam ao trabalho de tradução de diversas obras clássicas. Thomas Linacre (c. 1460-1525) pode ser tomado como exemplo, pois chegou à península em 1487 para aperfeiçoar os estudos de medicina em Pádua, mas num curto espaço de tempo passou a se dedicar ao estudo do grego, em Roma, e a partir de então se dedicou as práticas médicas e aos estudos dos clássicos com igual sucesso (Skinner, 1996, p. 216).

Ainda sobre o humanista Salutati e suas práticas no decorrer da vida, podemos citar que “em torno do chanceler se desenvolveu, assim, um grupo de estudiosos que seriam tomados pela paixão de descobrir um mundo que havia sido escondido pela cultura medieval e que comportava uma maneira inteiramente diversa de olhar para a vida na terra” (Bignotto, 2021, p. 73). A especulação era uma via, mas a partir da tradução e estudos dos textos paulatinamente houve uma preponderância da vontade, sendo o conhecimento mais uma ferramenta que capacitava o homem a moldar seu destino a fim de buscar pela *virtù* e alcançar a glória eterna.

O historiador neozelandês John G. A. Pocock (2021, p. 84) ponderou que desde os tempos dos filósofos gregos, Platão (428a.e.c.-347a.e.c.) e Aristóteles (384 a.e.c.-322 a.e.c.), era debatida de maneira intermitente os méritos da vida dedicada à atividade social — a *vita activa* —, e uma vida consagrada a busca filosófica — a *vita contemplativa*. No decorrer do movimento renascentista tal contenda veio à tona novamente, mas com mais intensidade, visto que os medievais foram presumivelmente a favor da contemplação, porque as preocupações dos filósofos e dos cristãos não eram com as coisas deste mundo (Pocock, 2021, p. 84). Muitas ordens religiosas praticavam uma vida de clausura, distante dos prazeres mundanos e devotadas à contemplação.

O historiador brasileiro Felipe C. Teixeira (2010, p. 109-110) escreveu que a busca pelo equilíbrio entre vida ativa e ócio não era particular dos humanistas, porque o filósofo Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, e romanos, como, o filósofo Cícero e o filósofo Sêneca (c. 4 a.e.c.-65), levaram essa distinção para o debate sobre a *res publica*. Ainda sobre os valores ativos e contemplativos dos humanistas, Pocock também apontou que:

[...] Optar pelos valores cívicos não significava comprometer-se por completo com a causa política do republicanismo, e optar pelos valores contemplativos não significava expressar uma total desilusão com a república. O humanista era ambivalente entre a ação e a contemplação. Era próprio do seu *métier* como intelectual assim ser, podendo perfeitamente praticar sua ambivalência no quadro da república. Portanto, o humanismo, como um todo, não se tornou “cívico”, quando triunfou a república, ou “contemplativo”, quando ela caiu em desgraça, e o movimento dos

indivíduos entre as duas preferências não necessita ser explicado como resposta aos acontecimentos políticos (Pocock, 2021, p. 87-88).

Seguindo essa mobilização do saber antigo em contraste com os desafios daquele movimento, eles compreendiam que, por suas práticas, estavam vivenciando um momento distinto das gerações anteriores. A contar da capacidade de acesso as obras da antiguidade e graças a prática da patronagem, indivíduos como Petrarca, Salutati, Bruni, o florentino Matteo Palmieri (1406-1475), entre outros humanistas do *Trecento* e do *Quattrocento*, cunhou o termo renascimento a fim de se diferenciar das gerações anteriores (McLaughlin, 1988).

A duração tanto da Idade Média bem como do renascimento não era um consenso entre os humanistas (McLaughlin, 1988, p. 141). Isto porque, o amadurecimento desse movimento passou por diversas etapas. No decorrer do *Trecento* ocorreu o reaparecimento da poesia vernácula com o florentino Dante Alighieri (1265-1321), o mesmo se deu com a poesia latina e a prosa a partir de Petrarca. Durante o *Quattrocento* a produção humanista ganhou um novo fôlego com a redescoberta dos trabalhos de Cícero. O historiador britânico Martin L. McLaughlin (1988, p. 142) destacou que não se deve aceitar a afirmação do historiador suíço Jacob Burckhardt (1818-1897) de que o renascimento estava relacionado ao descobrimento do homem, mas sim a redescoberta da crítica literária.

Além da dedicação com a interpretação dos textos clássicos, os humanistas também se preocuparam com os problemas mais gerais do pensamento social e político (Skinner, 1996, p. 232). Para tanto, se desenvolveu um gênero literário de tipo didático, chamado espelho de príncipe, a fim de instruir e propor um modelo ideal de conduta para os líderes e outros sujeitos renascentistas. A intensão dos humanistas que escreviam esse tipo de livro era para “dar um sentido principalmente religioso e moral à ordem política e, mais especificamente, ao cargo do príncipe⁵” (Forestal, 2013, p. 51, tradução nossa). Além da apresentação do que deveria ser um soberano, o conteúdo versava sobre o que era necessário para ter um comportamento justo, uma boa educação e as qualidades necessárias para as atividades cívicas (Forestal, 2013, p. 51).

Tais conselhos eram pautados por uma vida pública aliada com a formação calcada pelo *studia humanitatis*. Aquele gênero literário carregava outra característica, uma vez que “podiam ter um destinatário específico ou ser dirigidos aos governantes em geral; a dedicatória que precede os escritos expressa um desejo de reconhecimento e apreço do autor por parte do destinatário ou um vínculo, real ou apenas imaginado, entre eles⁶ (Forestal, 2013,

p. 51, tradução nossa). “Numerosos humanistas também escreveram livros de aconselhamento destinados já não apenas a reis e príncipes, mas também a seus cortesãos, nobres, conselheiros e magistrados” (Skinner, 1996, p. 233). Em vista disso, muitos se consideravam conselheiros políticos e tentaram fazer carreira como secretários ou embaixadores de seus governantes (Skinner, 1996, p. 235).

Além de dedicarem livros, alguns humanistas também atuaram como secretários papais, prestando serviços diretamente à curia romana. Contudo, os textos e obras elaborados nesse período mantinham um caráter secular e eram frequentemente direcionados aos príncipes, ou seja, não havia nenhum tipo de exclusividade entre as partes. Bignotto (2021, p. 81) destacou que a Igreja e os valores vinculados a ela não foram descartados, Salutati, assim com outros humanistas, seguiu sendo devoto e crente na força das escrituras, mas havia uma relação de submissão e distância entre esses homens e o clero.

Eventualmente os humanistas eram demandados para defender os interesses locais, pois eram patrocinados pela administração da cidade. Assim sendo, os recursos necessários para a formação, em alguns casos, advinham dessa relação. Em Milão os humanistas eram dependentes da patronagem de duas casas, os Visconti e os Sforza (Quillen, 2005, p. 50). A historiadora Carol Everhart Quillen comentou em qual circunstância o humanismo ganhou espaço em Roma.

[...] Roma inspirou os humanistas desde Petrarca, mas só se tornou um centro de atividade humanista quando os papas que enfrentaram o desafio do conciliarismo viram no humanismo um aliado poderoso. Ao apoiar um movimento intelectual que cada vez mais definia os termos do discurso político e cultural e estabelecia os critérios para o êxito artístico, o papado aumentou seu prestígio. O papado empregava humanistas como escritores, secretários, copistas e arquivistas. Eugênio IV (1431-47) trouxe vários humanistas importantes, incluindo Flávio Biondo, para Roma. Nicolau V (1447-55) contratou Lorenzo Valla e reuniu uma biblioteca importante. Pio II (1458-64), nascido Aeneas Sylvius Piccolomini (1405-64), era ele próprio um autor, poeta e secretário imperial humanista consumado quando iniciou sua carreira eclesiástica⁷ (Quillen, 2005, p. 51, tradução nossa).

Duffy (1998, p. 144) escreveu que os humanistas disputavam os cargos como secretário papal bem como as funções mais burocráticas, sendo que, no auge, mais de cem trabalharam para a curia romana. Eles também atuaram para criar uma linguagem com o intuito de consolidar Roma como a capital espiritual. Não encontramos um aprofundamento da discussão sobre os modelos de *vita activa* e de *vita contemplativa* para o corpo eclesiástico, pelo menos não tivemos contato durante a escrita deste texto.

O historiador Stephen D. Bowd (1999, p. 41) escreveu que o humanista, cronista e cardeal veneziano Pietro Bembo (1470-1547) se dedicou, por um período, a procurar um meio de combinar o *otium* e o *negotium*. Assim:

Embora essa busca tenha sido impulsionada por traços melancólicos de sua própria personalidade e exacerbada pelas guerras na Itália, é claro que sua luta pessoal para reconciliar ação e contemplação foi compartilhada por seus amigos, embora de uma maneira mais abertamente religiosa. A carta anônima de 1513 expressa sentimentos que estão em consonância com os de Bembo e seu círculo, demonstrando que todos esses homens viviam em um mundo onde o sagrado e o profano estavam intimamente conectados⁸ (Bowd, 1999, p. 41, tradução nossa).

Essa reflexão de Bembo ocorreu entre 1500 até 1513 e coincidiu com o período de pontificado de Júlio II, as invasões do exército francês e o assédio militar contra Veneza. Contudo, a partir da mobilização dos humanistas, especialmente no *Quattrocento*, e da recuperação do contexto histórico, é possível compreender como o debate foi estruturado para atender às demandas e adversidades enfrentadas pelos estratos laicos das cidades itálicas. Ao passo que, esse movimento resultou na valorização das ações individuais, voltadas para moldar o próprio destino e superar os desafios impostos pela realidade política e social. Ou seja, os ideais de *vita activa* e *vita contemplativa* mobilizados a partir da tinta dos humanistas, repercutiram diretamente nas práticas individuais e *vice-versa*.

Essa boa relação com os homens dos altos estratos da sociedade e com os princípios era uma garantia aos humanistas do acesso aos textos clássicos e as traduções. Citamos o caso do humanista romano Lapo da Castiglionchio (c. 1316-1381) que traduziu a obra *Vida de Péricles*, escrita pelo filósofo e biógrafo grego Plutarco (46-120), para Giovanni Vitelleschi (1390-1440), que se tornaria cardeal em agosto de 1437. Isso aconteceu, segundo o historiador estadunidense Christopher S. Celenza (1999, p. 5), porque Lapo almejava pelo mecenato praticado pelos homens da curia. Assim, os esforços desse humanista eram direcionados para fazer parte desse círculo. Tanto que:

Quando o cardeal Casanova morreu em março de 1436, fechando para Lapo um importante canal para os escalões superiores de patronagem curial, Lapo dedicou suas traduções de *Vida de Teseu* e *Vida de Rômulo* de Plutarco ao cardeal Prospero Colonna e tornou-se parte de sua casa, então em Florença⁹ (Celenza, 1999, p. 5, tradução nossa).

Compreendemos que, esses homens dedicaram muitas páginas ao elogio de um príncipe ou de uma figura pública, porque além de refletir sobre os problemas de sua época,

eles também competiam por atenção, por prestígio e por gratificações financeiras. Eles prestavam seus serviços para as cidades e os reinos, em muitas ocasiões eles eram acolhidos pelas famílias mais abastadas seja para um serviço específico ou por anos. Além do domínio das letras e dos idiomas, essencial para o trabalho de tradução e de traduções atualizada dos textos antigos, houve o resgate da retórica como modelo de comunicação para as correspondências, documentos e livros. Durante a Idade Média a retórica se descolou da vida política e passou a ser considerada uma arte menor, mas depois de Petrarca ocorreu uma nova mudança e desde então ela impactou a política itálica (Bignotto, 2021, p. 74-75).

A partir do século XII, principalmente em Bologna, o estudo da retórica foi direcionado para a escrita de cartas oficiais e documentos, com clareza e força persuasiva (Skinner, 1996, p. 50). Os *dictatores*, ou seja, os instrutores da *Ars Dictaminis*, elaboraram, a cada geração, um conjunto de regras formais e modelos que foram seguidos por aqueles que redigiam as cartas para os papas, os príncipes e os homens envolvidos com cargos administrativos e jurídicos.

Os padrões de escrita eram tomados para se reportar a diferentes situações e eventos. Além disso, “outro importante avanço da *Ars Dictaminis* ocorreu no início do século XIII. Por essa época, tornou-se praxe combinar o ensino da arte de escrever cartas com a assim chamada *Ars Arengendi*, a arte de fazer discursos públicos formais, ou arengas” (Skinner, 1996, p. 52). Essa combinação conferiu à retórica um caráter político bem como público, que se desdobrou em textos sobre a história das cidades, em um tom de celebração e promoção do local (Skinner, 1996, p. 52-53), e em livros de conselho dirigidos a *podestà* e a outros magistrados (Skinner, 1996, p. 54-56).

Baron (1988, p. 63) ressaltou que os humanistas passaram a valorizar a história das cidades como uma maneira de atingir a *sapientia* e atuar de uma forma satisfatória diante eventos que se sucediam pelo território itálico. Compreendemos que recriando um passado para cidades e acentuando a liberdade que essas regiões haviam conquistados, se criava uma ideia de não subordinação às forças externas, como o papado, a partir de Roma, e o império, ao norte. Para Skinner (1996, p. 94) “os humanistas concentraram suas preocupações em torno do ideal de liberdade republicana, voltando a atenção, acima de tudo, para as ameaças que podem pairar sobre ela e para os modos como é possível garantir-la”. Quillen (2005, p. 32) observou que os humanistas tinham interesse em tornar o passado relevante para eles e seus contemporâneos, por isso recuperaram os textos antigos e buscaram neles novas traduções e interpretações.

A maior parte dos humanistas do século XIV e do século XV buscaram conciliar os estudos com a vida pública, um exemplo disso está na carreira de Salutati e Bruni, uma vez que eles se sucederam no cargo de chanceler de Florença¹⁰. Poggio e o arquiteto, cronista, arquiteto, músico, pintor e humanista Leon Battista Alberti (1404-1472) tiveram envolvimento direto com missões diplomáticas e, ainda que brevemente, desempenharam funções políticas. Em 1434, o humanista Alberti assumiu o cargo de secretário papal (Skinner, 1996, p. 94).

O humanista Pier Paolo Vergerio (1370-1444) estudou direito civil em Florença nos anos 1390 (Skinner, 1996, p. 94) e fez parte da chancelaria papal como secretário, porque era próximo do cardeal Guillaume Fillastre (1348-1428) (Baron, 1966, p. 192). Segundo Baron (1966, p. 105), por volta de 1417, Vergerio se transferiu para a chancelaria do Imperador Sigismundo (1368-1437). Skinner (1996, p. 94) mencionou outros humanistas, como:

Gianozzo Manetti (1396-1459) recebeu uma educação jurídica e humanística em Florença, serviu mais de vinte anos em diversas comissões e conselhos da República, passando depois à curia papal, para terminar sua carreira como secretário do rei de Nápoles (Martines, 1963, pp. 179-84, 190-1). E Matteo Palmieri (1406-75) seguiu uma carreira parecida, porém ainda mais bem-sucedida, representando Florença em pelo menos oito missões como embaixador, além de exercer diferentes cargos na cidade num total de mais de sessenta vezes, uma carreira jurídica e administrativa que se prolongou por quase meio século (Martines, 1988, p. 192).

A atuação dupla deixava esses homens diante de um dilema. Sobre isso, Skinner avaliou que:

É significativo que considerem a questão nos termos do clássico debate humanista sobre os méritos opostos do *otium* e do *negotium* - da vida de quietude e contemplação, contraposta à vida da atividade e dos negócios. E a resposta imediata que sempre lhes ocorre — com frequência num estilo bastante satírico — é que nenhum homem virtuoso e sábio jamais abandonará uma vida consagrada à cultura para fazer carreira nos assuntos públicos (Skinner, 1996, p. 235-236)

Alguns humanistas argumentavam que a vida de *otium* era preferível, pois os negócios públicos eram governados pela hipocrisia e pelas mentiras (Skinner, 1996, p. 236). Porém, para Bruni e seus sucessores, o ideal de *negotium* e um engajamento integral nas questões da cidade era visto como a vida mais digna para Bruni e seus sucessores (Skinner, 1996, p. 136). As discussões entre *otium* e *negotium* quase sempre se resolviam em favor das práticas ativas nos negócios do governo (Skinner, 1996, p. 237). Em vista disso, a maioria dos humanistas

também atuou de forma continua ou intermitente tanto nos assuntos do governo dos príncipes quanto como secretários papais, entre outros cargos públicos.

Esse grupo era composto por homens inseridos em um contexto social privilegiado e abastado, o que tornava as ideias que circulavam entre eles inacessíveis à maioria dos indivíduos. Muitos homens ainda investiam na aquisição de livros e de manuscritos para consolidar sua influência, tanto no meio em que atuavam quanto perante seus patronos. Bignotto (2021, p. 136) escreveu que o humanismo não nasceu nas universidades e os primeiros expoentes raramente exerciam alguma atividade nesses espaços. Isso porque o interesse deles estava na cena política e nas atividades públicas, e as discussões ocorriam entre os mestres e os discípulos.

No decorrer do século XV o humanista se dedicava ao ensino ou estudo de um conjunto de disciplinas, como a Gramática, a Retórica, a História, a Poesia e a Filosofia Moral (Cardoso, 2017, p. 22), estudos baseados em textos de autores gregos e latinos (Canning, 2021, p. 93). Em termos políticos, essa formação humanista fornecia as ferramentas para que os homens atingissem a *virtù* e os píncaros da fama e da glória. Isso se tornava possível por meio de demonstrações públicas de sucesso, seja pelo domínio das habilidades mentais e físicas, seja pela capacidade de lidar com o imponderável de maneira eficaz. Bignotto (2021, p. 131) apontou uma particularidade a respeito da *virtù*, para tanto citamos:

[...] a história está cheia de filhos de homens nobres, que tiveram um comportamento aviltante e indigno de seus pais. Para o humanista, não resta dúvida de que não existe transmissão hereditária da *virtù* e de que, portanto, é preciso adquiri-la ao longo da vida e manifestá-la através de atos por todos conhecidos e que sirvam à cidade e não apenas aos próprios interesses mesquinhos. O caminho para atingir esse patamar da existência é indicado pelo próprio jovem, que desde a infância se dedicou com afinco ao estudo das letras.

Por essa razão os estudos eram adotados ainda na juventude a fim de preparar os indivíduos para que construíssem o próprio destino, essa jornada também os preparava para vencer os caprichos da Fortuna e alcançar a fama, a honra e a glória. Ademais, tal formação habilitava os homens para que realizassem grandes feitos. O homem capacitado para uma vida ativa era capaz de obter o reconhecimento de todos. Essa excelência foi captada pelos sujeitos que se dedicaram ao desenho, a pintura, a escultura e outras manifestações artísticas. Gombrich (2012, p. 224) apontou que Florença foi a vanguarda de uma nova arte. Baron (1955, p. 3-5) também analisou que entre o *Trecento* e o *Quattrocento* houve uma ruptura no

campo das artes promovida pelo escultor florentino Donatello (1386-1466) e o pintor Masaccio (1401-1428), entre outros sujeitos dessa geração.

Outra transformação ocorreu no campo do saber. Baron (1955, p. 6) citou que da cidade florentina ideias se espalharam por todo território itálico. Isso ocorreu a partir de Petrarca, Bruni, Poggio, junto com outros humanistas, e se deu, principalmente, pelo resgate das teses clássicas. Segundo o historiador, no decorrer do século XIV, o humanismo era composto por professores de gramática e funcionários das chancelarias ligadas aos príncipes e eclesiásticos, localizados no norte da península, no papado de Avignon e nos arredores de Roma.

O historiador Rice Jr. (1958, p. VIII) explorou a concepção de sabedoria elaborada pelos humanistas. Posto que, para o historiador, ela foi sendo cercada de um caráter secular e gradualmente foi desassociada da revelação cristã (Rice Jr., 1958, p. 3). O historiador também analisou de que forma isso influenciou o debate sobre os ideais.

A Idade Média, preferindo a vida contemplativa, tendia a assumir que a sabedoria era uma virtude contemplativa. O *Quattrocento* italiano desafiou essa suposição. Tomás de Aquino normalmente confinava a sabedoria ao conhecimento do ser imaterial e à contemplação, “vibrante de alegria e deleite”, de Deus. [...] Os humanistas florentinos imaginam a possibilidade de uma sabedoria cujo significado é ético, em vez de metafísico, e ativo, em vez de contemplativo. Eles dão à palavra significados laicos e cívicos que sugerem o mundo tanto quanto o claustro e a universidade. Na mente de alguns humanistas — e com a oposição consciente de outros — a sabedoria torna-se mundana de maneiras precisas: é cívica, não solitária; inclui as coisas humanas entre seus objetos; está mais preocupada com a ação virtuosa do que com o conhecimento da verdade¹¹ (Rice Jr., 1958, p. 30, tradução nossa).

A sabedoria do indivíduo não estava atrelada a contemplação e o isolamento, mas ao seu uso cívico. A vida sábia precisava incluir a ação prudente, logo era inadequado uma vivência de puro *otium* (Skinner, 1996, p. 129). Em vista disso, uma tese cada vez mais comum para os humanistas era de que todo o conhecimento deveria ter um uso prático (Skinner, 1996, p. 237). Por isso a atuação pública passou a ser tão valorizada pelos humanistas, príncipes e outros membros do governo, sendo que a combinação ideal era dos estudos e o envolvimento nas questões do governo. Assim, a vida pública passou a ser essencial, porque um homem de ação deveria presar pelo bem comum e não pelos caprichos particulares. Em vista disso:

É dever do princípio reconhecer que “nasceu para o Estado” e “não para sua própria fantasia”; é dever de qualquer um que o aconselhe garantir que ele “não considere os emolumentos pessoais, mas antes o bem-estar do país”; e é função básica das leis promover “o avanço da república” de acordo com “os princípios fundamentais de equidade e honestidade” (Skinner, 1996, p. 241).

Bignotto (2021, p. 68) se refere a trajetória de Salutati, pois “dedicar-se ao serviço da pátria podia levar à redescoberta de valores que haviam sido deixados de lado com a adoção de um modelo de vida que já não lhe parecia adequado para a situação histórica vivida por sua cidade”. A vida especulativa em si mesma não gerava os frutos esperados para o bom funcionamento da cidade, era incentivado que o conhecimento adquirido fosse colocado em prática na vida pública e na resolução das adversidades.

[...] [eles] editavam e traduziam textos clássicos; imitavam estilos e gêneros clássicos; e argumentavam que a gramática latina, a história antiga e a leitura de autores antigos, de Platão aos padres da igreja, forneciam uma educação moral melhor do que a dialética e filosofia escolásticas. Ao mesmo tempo, debatiam as implicações de tomar aspectos do passado como modelo cultural e competiam entre si por empregos, fama e patronos¹² (Quillen, 2005, p. 44, tradução nossa).

Baron (1955, p. 7) identificou que a partir de 1400 ocorreu uma ruptura no campo das ideias políticas. Durante o *Trecento*, ocorreram algumas transformações que não estavam fundamentadas em uma crise socioeconômica. Sua origem residia na defesa da liberdade cívica e na busca pela independência da república florentina, considerando que a autoridade sobre a Península Itálica era disputada pelos imperadores e pelos pontífices. Para o historiador, a busca por independência foi decisiva para vida intelectual da cidade de Florença. Baron (1988, p. 55-56) escreveu que por várias gerações após Petrarca se discutiu sobre os ideais de *vita activa* e *vita contemplativa*.

O historiador Baron (1988, p. 61) destacou que esse movimento almejava criar uma variedade de interesses eruditos que eram perseguidos por membros de uma cidadania política ativa, como, funcionários do governo e comerciantes. Essa cultura que emergiu visava educar o humanista para ser um bom cidadão e membro de sua sociedade e *respublica*. O conhecimento e a ação deveriam ser colocados à disposição da coisa pública. Observamos que isso perpassou o debate feito pelos humanistas a respeito dos modos de *vita activa* e *vita contemplativa*. Ambas tinham importância para os homens, porém, durante o movimento renascentista, a primeira foi exaltada em detrimento da segunda.

A partir da obra do humanista Alberti, o filósofo brasileiro Jonathan Molinari realizou que aqueles termos possuíam uma dimensão totalmente humana. Então:

O homem pode legitimamente abandonar-se à contemplação, na medida em que é lícito tender à serenidade e à paz. Quem escolhe esta via, entretanto, não busca a visão beatificante de Deus, mas quer apenas evitar os tormentos ligados à vida política: a sua virtude consiste no servir de modo diverso à coletividade, acrescentando, por exemplo, o saber no campo das artes e das ciências. Em Alberti, escolhem-se as aporias inerentes à dialética entre liberdade e necessidade porque estão colocadas no plano de interesses comuns, em uma dimensão prática em que o espaço do agir humano coincide com o dever de fazer florescer as melhores obras humanas na plena consciência de sua efemeridade (Molinari, 2017, p. 50-51).

Era legítimo tomar o caminho da contemplação para alcançar a paz e a serenidade, mas como uma forma indireta de contribuir com o bem comum, pois o fruto desse tempo recolhido deveria ser empregado no avanço das artes e da vida política, por exemplo. Durante a Idade Média se almejava ser virtuoso pelo exercício da contemplação e do isolamento, ou seja, no âmbito privado. No decorrer do movimento renascentista, houve uma valorização da ação nos assuntos públicos como uma via para que se atingir a *virtù*. A liberdade que o homem conquistou a partir do século XIV para trilhar o seu destino deveria ter como objetivo final a realização de grandes feitos públicos e em benefício da cidade.

Compreendemos que no decorrer do movimento renascentista, alguns sujeitos mobilizaram o ideal de *vita activa* e de *vita contemplativa* a fim de buscar soluções para as adversidades de diferentes naturezas que emergiam no território itálico. Skinner (1996, p. 129) observou que “[...] a convicção cada vez mais difundida de que uma vida consagrada ao puro lazer e contemplação (*otium*) tende a exceder em valor — e mesmo em sabedoria — uma vida na qual se dê maior apreço às atividades úteis (*negotium*)”. Assim sendo, um modelo foi valorizado em detrimento do outro, mas partimos da premissa que houve uma tentativa de conciliar ambos para atingir o bem comum.

Temos acesso a uma parcial¹³ do trabalho defendido por Ann Toms Engram, na Universidade Estadual da Flórida, em 1984. O estudo intitulado *Renaissance Humanism and the Decline of the Medieval Contemplative Ideal: na Intellectual History of the Vita Contemplativa/Vita Activa Debate*¹⁴ traçou quais foram, para o autor, as raízes da ética contemplativa e os fatores que contribuíram para o seu declínio, além de refletir sobre o papel dos humanistas na ascensão da *vita activa* como um novo ideal de conduta cristã para os indivíduos. Engram (1984, p. 1) ponderou que a diferença entre os dois ideais é profunda.

A ética contemplativa foi enfraquecida, em certa medida, pelas tendências filosóficas do final da Idade Média, notadamente pelo movimento da *via moderna* liderado por William Ockham. Contudo, foi na cidade-estado italiana, como resultado das mudanças no ambiente material e da revitalização das influências clássicas, que surgiu um novo ideal para a vida ativa. Os cristãos renascentistas desafiaram a supremacia da ética contemplativa e conceberam um ideal próprio, o *uomo universale*¹⁵ (Engram, 1984, p. 1, tradução nossa).

Contudo, gradualmente, a discussão sobre uma *vita activa* e *vita contemplativa* se resolveu em função de envolvimento ativo nos assuntos de governo (Skinner, 1996, p. 237). O historiador Bruce G. McNair (1994, p. 747) apontou que essa mudança era fruto de uma reação à visão de mundo da escolástica medieval, pois os homens defendiam a supremacia da *vita activa*, dando um valor menor para a *vita contemplativa*. A análise indicou que a *virtù*, compreendida como qualidade moral, intelectual e política, foi reelaborada pelos humanistas como princípio orientador da ação cívica e do ideal de *vita activa*, em diálogo com as concepções cristãs de virtude e salvação. Por fim, o artigo propôs revisitar o debate historiográfico feito nos últimos séculos em torno da *virtù*, refletindo sobre como esse conceito se consolidou como um dos eixos fundamentais para compreender a política do movimento renascentista.

Referências

- BARON, Hans. *From Petrarch to Leonardo Bruni: Studies in Humanistic and Political Literature*. Berkeley: University of California Press, 1966.
- BARON, Hans. *In Search of Florentine. Civic Humanism Essays on the Transition from Medieval to Modern Thought*. Vol. I and II. New Jersey: Princeton University Press, 1988.
- BARON, Hans. *The Crisis of the Early Italian Renaissance. Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*. Vol. I. New Jersey: Princeton University Press, 1955.
- BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Niterói: EDUFF, 2021.
- BOWD, Stephen. Pietro Bembo and the “monster” of Bologna (1514). *Renaissance Studies*, vol. 13, n. 1, 1999.
- BURKE, Peter. *El renacimiento*. Barcelona: Editora Crítica, 1993.
- CANNING, Joseph. *Conciliarism, Humanism and Law. Justifications of Authority and Power, c.1400-c.1520*. University of Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

CARDOSO, Sergio. Sobre a civilização do renascimento. In: BENEVENUTO, Flávia. PINTO, Fabrina Magalhães. *Filosofia, política e cosmologia: ensaios sobre o renascimento*. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2017.

CELENZA, Christopher S.. *Renaissance humanism and the Papal Curia*: Lapo da Castiglionchio the Younger's. De curiae commodis. United States of America: University of Michigan Press, 1999.

CHAMBERS, David. *Popes, Cardinals and War*: The Military Church in Renaissance and Early Modern Europe. London: I.B. Tauris & Co. Ltd, 2006.

DOTSON, Esther Gordon. An Augustinian Interpretation of Michelangelo's Sistine Ceiling, Part I. *The Art Bulletin*, vol. 61, n. 2, 1979.

DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores*. História dos Papas. Tradução Luiz Antônio Araújo. São Paulo: Cosac & Naify Edições Ltda, 1998.

ENGRAM, Ann Toms. *Renaissance Humanism and the Decline of the Medieval Contemplative Ideal*: An Intellectual History of the Vita Contemplativa/Vita Activa Debate. Ralph V. Turner. 1984. Dissertation. Florida State University. College of Arts and Sciences. 1984. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview>. Acesso em: 12 jul. 2024.

FORESTA, Patrizio. Specula principum in Età moderna. In: Costantino I: *Enciclopedia costantiniana sulla figura e l'immagine dell'imperatore del cosiddetto editto di Milano*. Roma: Istituto della Enciclopedia italiana, 2013.

GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento Italiano*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GARIN, Eugenio. Interpretações do Renascimento. In: GARIN, Eugenio. *Idade Média e renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

GOMBRICH, Ernst. *A História da Arte*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOMBRICH, Ernst. The renaissance – period or movement? In: BLACK, Robert. *The renaissance*: critical concepts in historical studies. Londres: Routledge, 1974.

HAAN, Annet den. Greek-Latin Translation at the Court of Pope Nicholas V (r. 1447-1455): The Agents That Changed the Humanist Translation Movement. In: CASTELLI, Silvia. SLUITER, Ineke. *Agents of Change in the Greco-Roman and Early Modern Periods*. Leiden, The Netherlands: Brill, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1163/9789004680012_011. Acesso em: 7 mai. 2024.

KAI-KEE, Elliott. *Social order and rhetoric in the Rome of Julius II (1503-1513)*. Berkeley: University of California, 1983.

MARTINES, Lauro. *Power and Imagination*: city-states in Renaissance Italy. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1988.

McLAUGHLIN, Martin L.. Humanist concepts of renaissance and middle ages in the tre- and quattrocento. *Renaissance Studies*, October, vol. 2, n. 2, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24409389>. Acesso em: 29 abr. 2024.

McNAIR, Bruce G.. Cristoforo Landino and Coluccio Salutati on the Best Life. *Renaissance Quarterly*, vol. 4, n. 47, 1994.

MOLINARI, Jonathan. As Leis do Cosmos e a Liberdade do Homem: Giovanni Pico della Mirandola e Leon Batista Alberti. In: BENEVENUTO, Flávia. PINTO, Fabrina Magalhães. *Filosofia, política e cosmologia: ensaios sobre o renascimento*. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2017.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Tomo II. São Paulo, Ipiranga: Edições Loyola, 2001.

PANOFSKY, Erwin. *Renascimento e renascimentos na arte ocidental*. Lisboa: Editora Presença, 1981.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo. Perspectiva, 1991.

POCOCK, John Greville A.. *O momento maquiaveliano: o pensamento político Florentino e a tradição republicana atlântica*. Niterói: Eduff, 2021.

QUILLEN, Carol Everhart. Humanism and the lure of antiquity. In: NAJEMY, John M.. *Italy in the Age of the Renaissance 1300-1550. The Short Oxford History of Italy*. New York: Oxford University Press, 2005.

RICE JR., Eugene F.. *The Renaissance Idea of Wisdom*. Massachusetts: Harvard University Press, 1958.

RIJSER, David. Fedra and the ‘Phaedrus’. the poet Raphael and the poetic program for the ‘Stanza della Segnatura. *Bruniana & Campanelliana*, vol. 11, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24334082>. Acesso em: 18 out. 2024.

ROWLAND, Ingrid D.. The intellectual background of the “School of Athens”: tracking divine wisdom in the Rome of Julius II. In: ed. HALL, Marcia. *Raphael’s “School of Athens”*, Cambridge University Press, 1997.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

TAYLOR, Paul. Julius II and the Stanza della Segnatura. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 72, 2009. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40593766>. Acesso em: 18 out. 2024.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

ULLMANN, Walter. *A Short History of the Papacy in the Middle Ages*. London: Routledge, 2003.

Artigo recebido em: 03/06/2025

Artigo aprovado para publicação em: 21/10/2025

Editor (a) responsável: Leticia Ahmad Ali Marino

¹ Destacamos o verbete sobre humanismo no *Dicionário de Filosofia* do filósofo catalão José Ferrater Mora (2001, p. 1391), posto que “o termo ‘humanismo’ foi usado pela primeira vez em alemão (*Humanismus*) pelo mestre e educador bávaro F. J. Niethammer em sua obra *Der Streit des Philanthropismus und des Humanismus in der Theorie des Erziehungsunterrichts unserer Zeit* (1808). Segundo Walter Rüegg (*Cícero und der Humanismus: Formale Untersuchungen über Petrarca und Erasmus*, 1946; apud Bruno Snell, *Die Entdeckung des Geistes*, 1948, cap. XI, nota 1), em 1784 foi usado o vocábulo ‘humanístico’ (*humanistisch*). O termo ‘humanista’ foi usado em italiano (*umanista*) já em 1538 (ver A. Campana, “The Origin of the Word ‘Humanist’”, *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, IX [1946], 60-73). Há uma estreita relação no significado de todos esses vocábulos. Niethammer entendia por ‘humanismo’ a tendência a destacar a importância do estudo das línguas e dos autores ‘clássicos’ (latim e grego). *Umanista* foi usado na Itália para designar os mestres das chamadas ‘humanidades’, isto é, aqueles que se consagravam aos *studia humanitatis*”.

² Durante a sua jornada em Roma, ele escreveu a obra *Vitae pontificum*, publicada pela primeira vez em 1479, em Veneza. O livro abrange do pontificado de Martinho V (1417-1431) até Sisto.

³ [No original] Numerous classical, patristic, Greek and Latin manuscripts came to be assembled in Rome. In Nicholas V’s pontificate well over a thousand and still more during Sixtus IV’s reign were added to the Vatican Library which became the greatest and best organized centre of all available manuscript material. It was due to Nicholas V that a great many manuscripts of St Augustine, Bonaventure, and Thomas Aquinas, are still extant.

⁴ [No original] The making of Renaissance Rome into a cultural center was part of a self-conscious campaign of restoration. Nicholas V’s enthusiasm for letters is well known. “All the scholars of the world came to Rome in the time of Pope Nicholas, partly of their own accord, and partly at his request.” Not all of the popes were eager supporters of letters. Considering his own literary accomplishments, Pius II’s attitude toward literati was disappointing, and Paul II’s distrust provoked the “revolt” of the Roman Academy. Arts and letters received more support from Sixtus IV, although his record is somewhat ambiguous. Sixtus seems to have had little taste for letters, but he was sensitive to the effect that the presence of famous scholars and artists had upon the public image of the court.

⁵ [No original] [...] l’intenzione degli autori è quella di dotare di un senso soprattutto religioso e morale l’ordinamento politico e, più in particolare, l’ufficio del principe.

⁶ [No original] [Gli specula] possono avere un destinatario concreto, oppure essere indirizzati ai regnanti in generale; la dedica premessa agli scritti esprime un desiderio di riconoscimento e di apprezzamento dell’autore da parte del destinatario oppure un legame, reale o solo vagheggiato, fra essi.

⁷ [No original] [...] Rome fired the imaginations of humanists from Petrarcha on, but it only became a centre of humanist activity when the popes who met the challenge of conciliarism saw in humanism a powerful ally. By supporting an intellectual movement that increasingly defined the terms of political and cultural discourse and set the criteria for artistic achievement, the papacy enhanced its prestige. The papacy employed humanists as writers, secretaries, copyists, and archivists. Eugenius IV (1431-47) brought several important humanists, including Flavio Biondo to Rome. Nicholas V (1447-55) hired Lorenzo Valla and amassed an important library. Pius II (1458-64), born Aeneas Sylvius Piccolomini (1405-64), was himself an accomplished humanist author, poet, and imperial secretary when he began his ecclesiastical career.

⁸ [No original] While this search was driven by melancholic strains in his own personality and exacerbated by the wars in Italy, it is nevertheless clear that his personal struggle to reconcile action and contemplation was duplicated in the lives of his friends, albeit in a more overtly religious way. The anonymous letter of 1513

expresses sentiments which are in accord with those of Bembo and his milieu, and demonstrates that all of these men lived in a world where the sacred and the profane were intimately connected.

⁹ [No original] When Cardinal Casanova died in March 1436, closing off for Lapo an important channel to the higher echelons of curial patronage, Lapo dedicated his translations of Plutarch's *Life of Theseus* and *Life of Romulus* to Cardinal Prospero Colonna and became part of his household, then in Florence.

¹⁰ Skinner (2012, p. 13) destacou que além dos valores atrelados a formação e a atividade como humanistas, os homens passaram a ocupar posições de prestígio no governo das cidades. “Pode-se dizer que essa prática começou com a indicação de Coluccio Salutati como chanceler, em 1375, e rapidamente tornou-se regra. Durante os anos de crescimento de Maquiavel, a primeira chancelaria foi ocupada por Bartolomeu Scala, que continuou a dar aulas na universidade durante toda a carreira pública e a escrever sobre temas tipicamente humanistas, sendo suas principais obras, um tratado moral e uma *História dos florentinos*. Durante o período de Maquiavel na chancelaria, as mesmas tradições foram mantidas vigorosamente pelo sucessor de Scala, Marcello Adriani. Este também continuou a publicar obras de estudos humanistas, entre elas um manual sobre o ensino do latim e um tratado vernáculo *Sobre a educação da nobreza florentina*”.

¹¹ [No original] The Middle Ages, preferring the contemplative life, had tended to assume that wisdom was a contemplative virtue. The Italian Quattrocento challenged this assumption. Aquinas normally confined wisdom to a knowledge of immaterial being and the contemplation, “vibrant whit joy and delight” of God. [...] Florentine humanists imagine the possibility of a wisdom whose meaning is ethical rather than metaphysical and active rather than contemplative. They give the word lay and civic meanings which suggest the world as well as the cloister and university. In the minds of some humanists — and over the now conscious opposition of others — wisdom becomes worldly in precise ways: it is civic, not solitary; it includes human things among its objects; it is more preoccupied with virtuous action than with knowledge of the truth.

¹² [No original] [...] edited and translated classical texts; they imitated classical styles and genres; and they argued that Latin grammar, ancient history, and reading ancient authors from Plato to the church fathers provided a better moral education than did scholastic dialectic and philosophy. At the same time, they grappled with the implications of taking aspects of the past as a cultural model, and they competed with each other for jobs and fame and patrons.

¹³ Devido às leis de direitos autorais, a tese está atualmente disponível digitalmente apenas no campus da Florida State University. No entanto, ao entrar em contato com o suporte do repositório digital, conseguimos obter uma parte do trabalho, pois, de acordo com as leis de *Fair Use*, é permitida a disponibilização de até 30% do material sem infringir os direitos autorais. Dessa forma, tivemos acesso ao capítulo III, *Dignifying the Secular Odyssey: Petrarch — A Scholar's Resolution of a Moral Dilemma*, e ao capítulo IV, *Dignifying the Secular Odyssey: Salutati's Ideal and Defense of the Active Christian Life*.

¹⁴ Disponível em: <https://repository.lib.fsu.edu/islandora/object/fsu%3Aetds?page=770>. Acesso em: 29 jun. 2024.

¹⁵ [No original] The contemplative ethic was weakened somewhat by late medieval philosophohical trends, namely, the *via moderna* movement led by William Ockham. But it was in the Italian city-state, as a result of the changing material environment and of revived classical influences, that a new ideal for the active life arose. Renaissance Christians challenged the supremacy of the contemplative ethic and devised an ideal of their own, the *uomo universale*.